

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC AYRTON JOSÉ COELHO DE BRITTO NETO

AS AÇÕES TERRORISTAS E O SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA AMAZÔNIA  
AZUL: perspectivas da Marinha do Brasil para o século XXI.

Rio de Janeiro

2009

CC AYRTON JOSÉ COÊLHO DE BRITTO NETO

AS AÇÕES TERRORISTAS E O SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA AMAZÔNIA

AZUL: perspectivas da Marinha do Brasil para o século XXI.

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF Helder Pereira da Silva

Rio de Janeiro  
Escola de Guerra Naval

2009

Todos os meios são bons, mesmo o atentado suicida, para  
apressar o advento [...] da democracia!  
(Karl Heizen, no seu ensaio *Der Mord* (“O assassinato”))

## RESUMO

Nos dias de hoje, em que o Brasil anseia por uma vaga permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, bem como se destacar como liderança na América do Sul, faz-se mister a manutenção de uma perspectiva de desenvolvimento e a certeza de que o País se encontra estabilizado e seguro para que investidores estrangeiros se aproximem. Para esse desenvolvimento, vários setores da economia revelam-se de fundamental valor para ratificar essa condição. Dentre esses, a exploração de petróleo assume posição de destaque nas perspectivas de crescimento econômico do país. Como a maior parte da produção é realizada por plataformas marítimas, a defesa dessas deve ser uma preocupação para o Ministério da Defesa e mais particularmente para a Marinha do Brasil. A insuficiência de meios e sistemas que impeçam ou possibilitem a dissuasão de ataques terroristas deve ser resolvida em curto espaço de tempo. Após a promulgação da Estratégia Nacional de Defesa, o que ocasionou a elaboração do Plano de Equipamento e Articulação da Marinha do Brasil, novas perspectivas surgem e vem sendo desenvolvidas e implementadas novas formas de defesa para as nossas plataformas, dentre elas o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul. Os ataques ao *World Trade Center* em 11 de setembro de 2001, mostraram ao mundo a capacidade de grupos que através de destruição, banho de sangue e destaque em noticiário, buscam obter instabilidade política para atingirem seus objetivos. Um ataque bem sucedido a uma dessas plataformas traria sérias conseqüências políticas e econômicas a qualquer país que possua e utilize as riquezas de seu subsolo marinho. Este trabalho apresenta o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul como ferramenta de defesa das plataformas de petróleo localizadas no mar contra ataques terroristas. Deste objetivo, foi retirada a seguinte questão: como o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul realizará a defesa das plataformas de petróleo contra atentados terroristas?

**Palavras-chave:** Terrorismo, Plataformas de petróleo, Amazônia Azul.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

|            |   |
|------------|---|
| COMCONTRAM | Comando do Controle Naval do Tráfego Marítimo           |
| END        | Estratégia Nacional de Defesa                           |
| EUA        | Estados Unidos da América                               |
| FAB        | Força Aérea Brasileira                                  |
| IMO        | International Maritime Organization                     |
| MB         | Marinha do Brasil                                       |
| OPEP       | Organização dos Países Exportadores de Petróleo         |
| PEAMB      | Plano de Equipamento e Articulação da Marinha do Brasil |
| SisGAAZ    | Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul               |
| SisNC2     | Sistema Naval de Comando e Controle                     |

## SUMÁRIO

|          |   |           |
|----------|---|-----------|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO.....</b>  | <b>7</b>  |
| <b>2</b> | <b>TERRORISMO.....</b>  | <b>8</b>  |
| 2.1      | Os novos atores.....  | 8         |
| 2.2      | Ameaças ao Brasil.....  | 10        |
| <b>3</b> | <b>A IMPORTANCIA DO MAR PARA A ECONOMIA E AS AMBIÇÕES<br/>GEOPOLÍTICAS DO BRASIL.....</b> | <b>13</b> |
| 3.1      | A importância econômica do mar e do petróleo para o país.....                             | 13        |
| 3.2      | A geopolítica do petróleo.....  | 14        |
| <b>4</b> | <b>POSSIBILIDADES DE ATAQUES TERRORISTAS AS<br/>PLATAFORMAS DE PETROLEO.....</b>          | <b>17</b> |
| <b>5</b> | <b>O SisGAAZ E A ATUAÇÃO DA MB NA PROTEÇÃO DAS<br/>PLATAFORMAS MARÍTIMAS.....</b>         | <b>19</b> |
| <b>6</b> | <b>CONCLUSÃO.....</b>   | <b>24</b> |
|          | <b>REFERÊNCIAS</b>  |           |

## 1 INTRODUÇÃO

A possibilidade de realização de ataques terroristas às plataformas de petróleo não deve ser esquecida por aqueles que organizam a defesa nacional. Os Estados que, como o Brasil, possuem grandes riquezas no mar, devem se preocupar em defender seus interesses e em possuir capacidade de dissuasão para impedir que ataques dessa natureza venham causar danos aos ambientes políticos e econômicos.

Inicialmente será apresentado o terrorismo como “nova ameaça”, ressaltando as motivações dos grupos que o conduzem. Em seguida, serão analisadas a importância do mar para a economia e as ambições geopolíticas do Brasil. Após isso, será estudada a possibilidade de realização de ataques terroristas a alvos posicionados no mar, citando algumas ocorrências semelhantes em períodos mais recentes. Seguindo o trabalho, será apresentado o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul como a ferramenta de defesa dos interesses do país no mar, ou seja, de que forma a Marinha do Brasil está se preparando para controlar as áreas sob sua responsabilidade, e proteger os interesses nacionais. Finalmente será realizada uma breve conclusão a respeito da utilização do referido sistema na defesa da área marítima das plataformas.

Esta monografia, por meio de pesquisa bibliográfica, tem o propósito de apresentar o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAZ) como forma de organização da defesa das áreas de localização das plataformas de petróleo no mar contra o terrorismo. O trabalho procura responder a seguinte questão: como o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul realizará a defesa das plataformas de petróleo contra atentados terroristas. Desta forma contribuirá para o aprofundamento dos conhecimentos relacionados a terrorismo, importância do mar para o Brasil e defesa de plataformas.

Como pressuposto teórico foi utilizado a visão de Inácio Ramonet de que “todos sabem que os crimes do dia 11 de setembro, inaugurais, se reproduzirão. Em outro lugar, em circunstâncias diferentes sem dúvida, mas eles se repetirão. A história dos conflitos ensina que, quando uma nova arma aparece, por mais monstruosos que sejam seus efeitos, ela é sempre reempregada” (RAMONET, 2003, p. 59).

## 2 TERRORISMO

O termo terrorismo é impreciso e vem sendo utilizado para identificar as ações que recorrem, com ou sem razão, à violência, para tentar mudar a ordem política e demonstrar a insatisfação de minorias. Para o revolucionário francês Gracchus Babeuf: “[...] todos os meios são legítimos para lutar contra os tiranos [...]” (RAMONET, 2003, p. 1).

Na década de 1990, passou-se a observar uma série de conflitos de baixa intensidade de caráter étnico e religioso, ocasionando até mesmo crises mundiais. É dessa forma que o terrorismo atua, infringindo sérios danos a um Estado, minando a confiança dos governantes e tentando colocá-los em cheque perante a opinião pública (JORGE, 2008).

Após os atentados de 11 de setembro de 2001, os olhos do mundo novamente se abriram para essa ameaça, suas causas e conseqüências. Em seguida, outros atentados na Espanha e no Reino Unido, ratificaram a tese de que o terrorismo internacional traria novamente, até mesmo em Estados poderosos, a sensação de desconforto e segurança tão desejada por aqueles que o conduzem, que tem como principal objetivo as mudanças políticas (JORGE, 2008).

Segundo Oliveira (2008), o terrorismo além de ser de elevada complexidade e possuir caráter de guerra assimétrica<sup>1</sup>, visa afetar psicológica, política e materialmente os países atacados, tudo isso a um custo relativamente baixo.

Dessa forma, um país que deseja um clima de tranqüilidade, paz e harmonia para seu povo deve agir proativamente para organização da defesa contra atos dessa natureza. Quanto ao Brasil, particularmente não temos registros de atentados terroristas em nosso território, entretanto deveremos estar preparados para rechaçar aqueles que por qualquer motivo intencionem desestruturar esse ambiente propício ao desenvolvimento econômico.

### 2.1 Os novos atores

O jihadismo da Al Qaeda distingue-se pelo seu caráter global. Grupos como o Hamas e Hezbollah expressam projetos políticos nacionais: pregam a implantação dos Estados islâmicos nos países em que atuam. O jihadismo global pelo contrário tem como meta final a restauração do califado islâmico. A sua arena de guerra é o mundo e os seus inimigos são as potências ocidentais e os regimes colaboracionistas no mundo árabe. Nunca existiu, na história do terrorismo, nada semelhante a isso (MAGNOLI, 2008, contracapa).

---

<sup>1</sup> Guerra Assimétrica, assim como a guerra irregular, é, devido a sua natureza, a guerra dos fracos contra os fortes, a guerra dos pobres contra os ricos. Ambas são consideradas guerras de desgaste.

Os atores que planejam e executam as ações terroristas tem fontes ou origens diversas. Não são ligados diretamente a qualquer Estado, entretanto podem estar sendo financiados ou até mesmo recebendo proteção de um deles (SILVA, 2004).

Hoje muito se fala da organização de Osama Bin Laden denominada de Al-Qaeda<sup>2</sup>, pois foi quem realizou os ataques ao *World Trade Center* e ao Pentágono, utilizando três aviões de carreira abarrotados de combustível. Um quarto avião que teria como alvo o Capitólio em Washington não chegou a seu destino por intervenção de passageiros da aeronave. No caso do *World Trade Center* a ação foi conduzida por 19 árabes, sendo 15 deles sauditas, e deixou 2.974 mortos, além dos próprios terroristas (MAGNOLI, 2008).

A Al-Qaeda é uma rede “jihadista” que busca o restabelecimento de uma autoridade máxima, política e religiosa, que volte a obter a unidade e centralização do mundo muçulmano. Esse era o principal objetivo dos ataques supracitados. Atualmente acredita-se que a rede possua ramificações por mais de cinquenta Estados (MAGNOLI, 2008).

Ratificando a Al-Qaeda como a principal organização terrorista da atualidade, podemos citar os demais atentados realizados na Europa, após os ocorridos no dia 11 de setembro de 2001, que apesar de possuir características diferentes dos atentados sofreram influência indireta da supracitada rede jihadista. Segundo Magnoli (2008) “[...] os terroristas do 11 de março de 2004, que detonaram bombas no metrô de Madri e mataram 191 pessoas, eram imigrantes marroquinos, argelinos e sírios [...]”. Todos eles viviam em comunidades estigmatizadas social e culturalmente, não faziam parte da estrutura da organização apesar de agirem sob sua inspiração direta. Os terroristas de Londres, em 07 de julho de 2005, também foram recrutados no que Magnoli chama de “diáspora européia” e também possuíam apenas ligações indiretas com a rede. Tudo isso evidencia a temida evolução do terror global que recruta militantes pela internet e opera descentralizadamente.

As formas de condução do terrorismo levaram ao surgimento dos comumente chamados Estados-rede, destacando-se a Al-Qaeda, Hamas<sup>3</sup>, Hezbollah<sup>4</sup> dentre outros. Tratam-se de organizações transnacionais sem qualquer estrutura estatal, território e população. Essas características dificultarão sobremaneira o combate a esses crimes, tomando a rede uma grande dimensão e periculosidade, podendo desferir seus golpes a qualquer momento e em qualquer local além de dificultar qualquer revide (SILVA, 2004).

---

<sup>2</sup> Organização fundamentalista islâmica internacional, constituída por células colaborativas e independentes que visam, supostamente, reduzir a influência não-islâmica sobre assuntos islâmicos.

<sup>3</sup> Organização sócio-política Islâmica-Palestina criada em 1987, que atua como uma força paramilitar, com objetivo de se opor a interferência de Israel no interior do território palestino.

<sup>4</sup> Organização política e paramilitar islâmica sediada no Líbano com atuação destacada também na política do país.

Dessa forma, com grupos terroristas que apresentam origens variadas, objetivos diferentes e estruturas até então não totalmente decifradas, que utilizam formas e meios diversos de ataque, os principais países do sistema internacional não poderão jamais subestimar a possível atuação desses novos atores e deverão manter-se prontos para rechaçar quaisquer ameaças dessa natureza. Alguns países como os Estados Unidos, a Espanha e a Inglaterra tem sido o principal alvo desses ataques, entretanto não há como prever quem será a próxima vítima e o fato gerador de uma nova ação.

## 2.2 Ameaças ao Brasil

Se você tiver de fazer voar pelos ares metade de um continente e provocar um banho de sangue para destruir o partido dos bárbaros, não tenha nenhum escrúpulo de consciência. Aquele que não sacrificasse alegremente a sua vida para exterminar um milhão de bárbaros não seria um verdadeiro republicano<sup>5</sup> (RAMONET, 2003, p. 54).

Analisando a atual situação geopolítica da América do Sul, a atuação do Brasil no campo das relações internacionais, além da destacada participação do presidente Luís Inácio Lula da Silva nos mais variáveis foros internacionais e a busca por uma cadeira permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, é difícil imaginar que entremos em conflito com qualquer país vizinho (FLORES, 2002).

Flores (2002) defende a idéia de que não ocorrerão conflitos entre os Estados, entretanto não descarta a possibilidade da ocorrência de conflitos irregulares motivados por crises político-ideológicas, socioeconômicas ou por crimes transnacionais organizados, sejam eles tráfico de drogas, contrabando ou terrorismo, dentre outros, e até mesmo uma combinação desses crimes. No caso do Brasil, devemos aumentar a atenção para as fronteiras das regiões menos desenvolvidas, pouco habitadas e pouco controladas como as da Amazônia.

A ausência de ocorrências semelhantes pode levar a sensação de que o Brasil está livre de qualquer ameaça semelhante, levando ao relaxamento nos investimentos em pesquisa e desenvolvimento, no aparelhamento da força e na atualização de políticas de defesa. Esse equívoco pode ocasionar a oportunidade esperada pelos terroristas e motivá-los a realizar um ataque, já que hoje, o Brasil é referência política e econômica na América do Sul (GOUVÊA, 2007). Ainda acrescenta que:

Embora a percepção de que o terrorismo é – e que permanecerá sendo - um fator exótico ao quadro nacional soa ingênua e equivocada, ela poderá não sobreviver a

<sup>5</sup> Citado por Jean-Claude Buisson. In: Emmanuel de Waresquiel (org.). *Le siècle rebelle – Dictionnaire de La contestation au XXe siècle*. Paris, Larousse, 1999.

um exame mais acurado. A lógica – se é que há alguma - do novo terrorismo, produzido por pequenas células, com vínculos associativos pouco convencionais e de difícil detecção, demonstra que nenhum país está livre de sua presença e ação destruidora (GOUVÊA, 2007, p.20).

Na América do Sul, para alguns pesquisadores, a ameaça mais iminente pode estar presente na região da Tríplice Fronteira, sobre a qual existem relatos da existência de células terroristas, principalmente devido à presença de comunidades de origem árabe, sendo levantadas suspeitas de que estas poderiam estar financiando grupos terroristas, apesar de nada ter sido comprovado (Gouvêa, 2007).

Após o 11 de setembro de 2001, houve grande pressão do governo dos EUA quanto a supracitada região mas o Brasil, por meio da diplomacia, conseguiu mostrar a falta de fundamento dessa idéia. A constante prática de crimes como contrabando de mercadorias, desde brinquedos a automóveis de luxo, tráfico de entorpecentes, dentre outros, tem chamado a atenção para a região (GOUVÊA, 2007).

Hoje as atenções na América do Sul estão voltadas para a Venezuela que perigosamente se aproximou politicamente do Irã e estaria sendo utilizada como base aliada do movimento xiita libanês Hezbollah, visando realizar ataques a países sul-americanos, inclusive o Brasil. A notícia publicada no periódico israelense *Yedioth Ahronoth* ressalta os objetivos da organização:

A publicação de Tel-Aviv, que cita uma fonte governamental do Estado israelense, afirma que, durante o governo do presidente Hugo Chávez, as relações com o grupo islâmico se estreitaram, de modo que existem até células do Hezbollah na Venezuela, pertencentes ao braço operativo da organização, usado para atentados no exterior e denominado "órgão de pesquisas especiais". De acordo com o jornal, os serviços secretos israelenses acreditam que o movimento xiita esteja trabalhando para atacar alvos israelenses na Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai e Peru. As ações teriam o objetivo de vingar a morte de um de seus líderes, Imad Mughnieh, que faleceu no ano passado em Damasco, na Síria. O Hezbollah, por sua parte, culpa Israel pela morte do dirigente. O *Yedioth Ahronoth* ressalta que células da agrupação na América do Sul estão ativamente empenhadas em recolher informações para realizar os ataques, aproveitando a aproximação da Venezuela com o Irã para consolidar sua presença no continente (O GLOBO, 2009)<sup>6</sup>.

A inexistência de ações terroristas em território brasileiro pode nos dar uma falsa sensação de segurança e de que não seria necessário aumentar o nível de preocupação daqueles que organizam a defesa do país para essa ameaça. Entretanto a suspeita da possível presença de células terroristas no continente mostra que a mesma não deve ser esquecida. Como visto no item anterior, organizações voltadas para esse fim, tem ideologias próprias e não medem esforços para fazer valer sua vontade. Dessa forma, o Brasil deve preparar suas Forças Armadas para defender suas riquezas contra a possibilidade de um ataque terrorista.

<sup>6</sup> Disponível em : <<http://oglobo.globo.com/mundo/mat/2009/08/13/jornal-diz-que-hezbollah-teria-bases-na-venezuela-com-intencoes-de-atacar-ate-brasil-757384850.asp>>. Acesso em: 13 ago. 2009.

Em seguida o trabalho apresenta a importância do mar para a economia e para a geopolítica do país.

### **3 A IMPORTÂNCIA DO MAR PARA A ECONOMIA E AS AMBIÇÕES GEOPOLÍTICAS DO BRASIL**

Hoje o Brasil desponta no cenário internacional como um grande produtor de petróleo sendo a maior parte desse óleo extraída do subsolo marinho através de plataformas. No futuro espera-se que o Estado brasileiro produza ainda mais. Além disso, outras atividades realizadas no mar, como a pesca e o comércio marítimo, também possuem importância para o país.

#### **3.1 A importância econômica do mar e do petróleo para o Brasil**

Atualmente, a produção de petróleo e gás natural no mar é responsável pela maior parte do total nacional. As recentes descobertas dos campos marítimos de Tupi (reservas estimadas de 5 a 8 bilhões de barris) e Júpiter, na Bacia de Santos, na chamada área do Pré-Sal, tão logo se tornem operacionais, poderão incluir o País como um dos importantes atores no seleto grupo de exportadores mundiais (BRUZZI, 2008, p. 21).

A importância do mar para a economia brasileira pode ser demonstrada pelos números envolvidos. Atualmente cerca de noventa e cinco por cento do nosso comércio internacional é realizado por meio de linhas de comunicações marítimas, perfazendo um total anual de mais de 228 bilhões de dólares, dentre importações e as exportações. Em um mundo globalizado em que as compras são realizadas nos locais mais longínquos desde que se ofereçam vantagens financeiras, a troca entre os Estados tende a aumentar, tornando o país cada dia mais dependente do meio marítimo (JORGE, 2008).

Na análise macroeconômica dentro de um espaço delimitado por uma linha imaginária de 200 quilômetros, a partir do litoral para o interior, os números confirmam a mencionada importância: setenta e oito por cento da receita da União, oitenta por cento da população, noventa e três por cento da nossa produção industrial e o consumo de oitenta e cinco por cento de energia elétrica das principais cidades (JORGE, 2008).

Além disso, nas últimas décadas o Brasil tem obtido excelentes resultados na extração de fontes de recursos energéticos do subsolo marinho, passando a se destacar como grande produtor de petróleo e gás natural, minimizando assim a dependência externa. Tudo isso a um custo elevado de divisas do país (OLIVEIRA, 2008).

Hoje, a maior parte da produção de petróleo do país é realizada por plataformas localizadas ao longo da costa brasileira, em áreas da Plataforma Continental, destacando-se as Bacias de Campos no Estado do Rio de Janeiro e Aracaju em Sergipe. (OLIVEIRA, 2008).

Com as recentes descobertas dos campos marítimos do pré-sal<sup>7</sup>, mais precisamente nos campos batizados de Tupi e Júpiter, situados na área marítima do Estado de São Paulo, o Brasil pode se tornar um dos poucos países do mundo auto-sustentáveis em petróleo e gás, podendo até mesmo elevá-lo a condição de exportador mundial. Para Jorge (2008, p. 11) “os recursos energéticos, vitais estrategicamente, vêm alavancando o crescimento econômico do País e fazendo com que a dependência externa do petróleo e gás seja, cada vez, menos significativa.”

Assim sendo, analisando a atual situação do Brasil, considerando sua história, geografia e aspectos socioeconômicos, pode-se concluir que é cada vez maior a dependência e importância do mar para o país, devendo dessa forma possuir capacidade para assegurar a manutenção e exploração das riquezas oriundas do ambiente marinho. Além dos recursos energéticos oriundos do subsolo marinho existem a pesca, o comércio marítimo internacional além é claro da manutenção da soberania nacional. Dessa forma, o Brasil não pode se furtar da capacidade de defesa de seus interesses no mar, devendo dispor de sistemas e meios que possuam capacidade de reagir às ameaças que surjam.

### 3.2 A geopolítica do petróleo

“[...] nações não tem amigos, nações tem interesse [...]”  
Winston Churchill

Segundo Pereira (2009), uma maneira de se entender a geopolítica é pensá-la como a capacidade de se fazer política utilizando-se as condições geográficas do país como fator de força através do aproveitamento dos seus recursos naturais, exploração das vantagens de sua posição em relação aos pontos de importância estratégica e utilização das condições climáticas e do solo de uma maneira adequada, ou seja, criando condições favoráveis para o desenvolvimento da força política perante outros Estados através do aproveitamento de sua geografia favorável.

Em 1859, o homem passou a explorar petróleo, estando o primeiro campo no Estado da Pensilvânia nos Estados Unidos da América. Desde então, aproveitando-se das inúmeras possibilidades de aproveitamento da matéria-prima e dos vultosos valores econômicos envolvidos, iniciou-se a era de ouro do petróleo com o surgimento das grandes companhias, o desenvolvimento das tecnologias de exploração e refino, o aparecimento de

<sup>7</sup> Pré-sal é a denominação da faixa de petróleo considerado de alta qualidade que se localiza na costa marinha entre os estados do Espírito Santo e Santa Catarina abaixo de uma camada de sal, a cerca de sete mil metros de profundidade.

grandes máquinas e automóveis, alterando completamente a forma de viver da humanidade (PEREIRA, 2009).

Nos cem anos que se seguiram, o ser humano consumiu aproximadamente vinte e cinco por cento das reservas do petróleo leve conhecidas. De 1959 até hoje, outros vinte cinco por cento foram consumidos, restando apenas cinquenta por cento dessa quantidade. A constatação desses dados levou a busca de novas formas de exploração, destacando-se a extração em águas profundas (PEREIRA, 2009).

No caso do Brasil, após a realização de uma série de pesquisas sísmicas a grande profundidade, foi confirmada a existência de grandes reservas, com a possibilidade de exploração dos campos localizados no pré-sal, utilizando tecnologia de extração em grandes profundidades. Ressalta-se que as características do óleo existente são favoráveis ao refino. Entretanto, é preciso ter cautela quanto aos números envolvidos, já que em alguns poços nos quais se acreditava na existência de óleo ou gás, recentemente foram dados como “vazios”, ou seja, não havia o que era esperado (PEREIRA, 2009).

Caso seja confirmada essa existência, na quantidade esperada e anunciada, o Brasil poderá ascender ao seletivo grupo dos auto-suficientes em petróleo, apesar dos elevados custos operacionais envolvidos, dentre eles, custos de produção, refino e transporte. Outros Estados que exploram petróleo em águas profundas enfrentam dificuldades semelhantes quanto aos custos envolvidos, além de outros problemas de causas naturais, como os furacões que interrompem a produção no Golfo do México e que a cada temporada, motivadas pelas alterações climáticas pelo efeito estufa<sup>8</sup>, reduzem o intervalo de ocorrência entre fenômenos dessa natureza (PEREIRA, 2009).

Segundo Pereira (2009), o custo geopolítico do petróleo no Brasil é muito baixo e as vantagens que poderão ser obtidas compensam os investimentos. Ao se comparar com os custos políticos na Venezuela e de produtores da região do Oriente Médio, dentre outros, esse custo é vantajoso e pode atrair empresas do exterior. Na Venezuela, a presença de Hugo Chávez no poder, rechaça o investimento externo por sua forma ímpar e tirana de dirigir o país. Nos países do Oriente Médio, apesar do custo de exploração muito baixo do barril de

---

<sup>8</sup> Processo que ocorre quando uma parte da radiação solar refletida pela superfície terrestre é absorvida por determinados gases presentes na atmosfera. Como consequência disso, o calor fica retido, não sendo libertado para o espaço. O efeito estufa dentro de uma determinada faixa é de vital importância pois, sem ele, a vida como a conhecemos não poderia existir. O que se pode tornar catastrófico é a ocorrência de um agravamento do efeito estufa que destabilize o equilíbrio energético no planeta e origine um fenômeno conhecido como aquecimento global.

petróleo, aproximadamente dois reais por barril, o regime de governo totalmente centralizado também não favorece a entrada de investidores internacionais. No Timor Leste, o custo geopolítico do petróleo sempre foi alto pelas questões políticas internas envolvidas, o que dificultava o desenvolvimento das negociações internacionais, afastando os investidores.

Desde o início dos anos setenta, os EUA buscaram uma menor dependência geopolítica dos países pertencentes à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)<sup>9</sup>. Entretanto, a estratégia norte-americana foi a de manter o controle dos eventos que ocorriam nas áreas de valor geopolítico elevado. Seu interesse era manter o controle do fornecimento advindo dos Estados aliados. A presença da quinta frota da Marinha Americana no Golfo Pérsico assim se justificava (PEREIRA, 2009).

Para o futuro, o Brasil deve estar preparado para interagir com as grandes potências e se preparar para se tornar uma delas. Apenas cinco por cento das reservas de hidrocarbonetos (petróleo e gás) da camada do pré-sal foram pesquisadas. Caso seja confirmada a capacidade energética esperada os olhos do mundo voltar-se-ão para o Atlântico Sul. Os EUA já sinalizaram para a importância que darão a região, ao reativarem a sua “quarta frota” para a defesa de seus interesses nas águas caribenhas e sul-americanas. Na Segunda Guerra Mundial utilizaram a posição de destaque do “saliente nordestino” para o controle do Teatro de Operações Marítimo (GASPARI, 2008).

Mais uma vez os EUA, antevendo a importância geopolítica e econômica do Brasil, além da possibilidade de liderança política na América do Sul, começam a se movimentar, visando assegurar a preservação de seus “interesses”. A presença da “quarta frota” pode atrair a atenção de grupos terroristas que lutam contra as potências ocidentais e seus regimes colaboracionistas. Nossa Marinha deve estar preparada para enfrentar o desafio de manter o controle de suas águas jurisdicionais, pois nelas estarão posicionadas plataformas de petróleo que poderão elevar o país a uma posição de destaque no cenário internacional, devendo possuir capacidade de proteger as riquezas nacionais no mar.

Dando seqüência ao trabalho será abordada a possibilidade de ataques terroristas a alvos posicionados no mar, citando exemplos históricos e dificuldades das ações.

---

<sup>9</sup> Organização dos Países Exportadores de Petróleo é uma organização composta por países que retêm algumas das maiores reservas de petróleo do mundo, como é o caso da Arábia Saudita. A OPEP é o exemplo mais conhecido de cartel: seu objetivo é unificar a política petrolífera dos países membros, centralizando a administração da atividade, o que inclui um controle de preços e do volume de produção, estabelecendo pressões no mercado.

#### **4 POSSIBILIDADES DE ATAQUES TERRORISTAS A ALVOS POSICIONADOS NO MAR**

Segundo Mahan (*apud* TILL, 2006), “o aumento da rapidez das comunicações marítimas multiplicaria e fortaleceria os vínculos e interesses entre as nações em um sistema articulado, não só prodigioso, como também, excessivamente sensível e vulnerável”.

Apesar de não haver registros de ataques de terroristas às plataformas de petróleo, os terroristas já utilizaram de meios marítimos para demonstrar insatisfação e disposição para atingir as grandes potências que contrariam seus interesses e desafiam suas crenças. Como exemplos destes ataques no mar, destacam-se o atentado à bomba em um *ferryboat* nas Filipinas em 2000, executado por terroristas treinados pela Al-Qaeda no Afeganistão, resultando em quarenta e cinco mortes; também em 2000, ocorreu o ataque ao USS Cole da Marinha dos EUA, resultando na morte de doze militares; e por fim o ataque ao petroleiro de bandeira francesa Limburg, causando a morte de um tripulante e ferimentos em outros (GOUVÊA, 2007).

Atualmente, alguns especialistas, como o Almirante Thomas H. Collins, Comandante da Guarda Costeira dos EUA entre os anos de 2002 e 2006, tem propagado a idéia de que as ameaças transnacionais, dentre elas o terrorismo, podem afetar a segurança dos mares e devem estar entre as maiores preocupações para o Poder Naval de um Estado (SILVA, 2005).

Para Oliveira (2007) o terrorismo, por apresentar-se de formas variadas, atualmente se apresenta como um novo desafio aos Estados. Estudando as formas como foram realizados os ataques, constata-se que estes podem ser desferidos por vetores aéreos, de superfície, humanos ou, eventualmente, subaquáticos, além de grande variedade de métodos. Como visto anteriormente, o terrorismo atua além das fronteiras políticas dos Estados, constituindo-se em uma das grandes preocupações mundiais na atualidade, no cenário global.

Devido à complexidade das ações no mar, agravada muitas vezes por condições climáticas desfavoráveis, pode-se acreditar que não ocorrerão ataques no mar. Dentre algumas das dificuldades encontradas pelos terroristas, podemos listar o treinamento de especialistas para a condução de embarcações ou aeronaves desde um ponto de terra até o alvo no mar. A operacionalização dessa ação não é fácil, e pode diminuir o ímpeto por qualquer movimento dessa natureza. Em um período de trinta anos de atos terroristas, menos de dois por cento tiveram alvos marítimos como seu principal objetivo. Um dos motivos que pode explicar esse índice é que o número de vítimas é muito baixo em relação a outros tipos de atentados e as

ações não tiveram grandes coberturas pela mídia, contrariando o que normalmente é buscado por esses grupos (MARITIME, 2006).

Apesar de opiniões divergentes quanto à ameaça terrorista, os Estados litorâneos certamente possuem riquezas no mar ou próximo dele e deverão estar preparados e capacitados para não permitir a ação de terroristas. Os ataques de 11 de setembro de 2001 mostraram isso. Quem imaginaria que aviões de carreira, lotados de pessoas e combustível fossem utilizados como mísseis?

No Brasil temos diversas áreas de produção de petróleo em plataformas marítimas. Como exemplo de ação: uma pequena embarcação pesqueira carregada com explosivos pode ser detonada a contrabordo de uma das plataformas que respondem por grande fatia da produção diária de petróleo do país. Apesar de serem águas proibidas à navegação, diversas embarcações desrespeitam essa restrição e transitam rotineiramente nas proximidades das plataformas, motivados pela ausência de fiscalização eficiente da MB. Atualmente são realizadas missões temporárias por navios e helicópteros visando à repressão dos infratores que transitam nessas águas, sendo denominadas Inspeção Naval. Certamente é muito pouco para os valores envolvidos e que deverão ser defendidos.

Pelo histórico dos ataques terroristas no mar, em que foram obtidos sucessos até mesmo contra navios de guerra, constata-se a grande dificuldade de detecção devido à grandiosidade da área a ser defendida e pela diversidade de meios que poderão ser empregados. No Brasil, a segurança das áreas das plataformas é extremamente precária, sendo realizada periodicamente pela MB durante as comissões denominadas Inspeção Naval. Apesar das dificuldades anteriormente relatadas para a execução desse tipo de ataque, a ausência de qualquer meio de defesa pode favorecer uma ação e motivar os terroristas a desferirem seus golpes.

## 5 O SisGAAZ E A ATUAÇÃO DA MB NA PROTEÇÃO DAS PLATAFORMAS MARÍTIMAS

O Plano Estratégico da Marinha instrui, em seu capítulo sobre a visão de futuro da Instituição, que a Marinha do Brasil será uma Força moderna, equilibrada e balanceada, e deverá dispor de meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais compatíveis com a inserção político-estratégica do nosso País no cenário internacional, e em sintonia com os anseios da sociedade brasileira (JORGE, 2008, p.1).

A importância cada dia maior da utilização dos recursos advindos do mar corrobora a necessidade de incrementar a fiscalização contra atos hostis sendo necessária uma grande cooperação entre os Estados participantes do sistema marítimo mundial para coibir e impedir ações terroristas oriundas do mar, principalmente devido à extensão das áreas envolvidas (SILVA, 2006). Como descrito no capítulo anterior, atualmente a MB realiza inspeções periódicas em algumas das áreas destinadas a exploração de hidrocarbonetos. Entretanto existem plataformas de petróleo isoladas, localizadas fora dos grandes campos, passando muitas vezes, períodos consideráveis sem serem visitadas por qualquer unidade envolvida em Inspeção Naval.

Após os ataques de 11 de setembro de 2001, foi realizada a Conferência Diplomática sobre Proteção Marítima, em dezembro de 2002, conduzida pela *International Maritime Organization* (IMO), na qual foi alterada a convenção SOLAS-74, determinando a instalação de um novo sistema de acompanhamento de embarcações denominado *ISPS Code*. Entretanto o código fez referência apenas às plataformas móveis que estivessem ao longo da costa, “esquecendo-se” das plataformas móveis já posicionadas e das fixas e flutuantes não cobertas pelo artigo XI-2 da citada convenção. Dessa forma foi coordenado um novo encontro e aprovada a Resolução 7 que estabeleceu as medidas apropriadas para essas unidades (OLIVEIRA, 2006).

No seu parágrafo 4, a Resolução incentiva os governos a incrementarem as medidas de proteção em relação às unidades móveis de perfuração ao largo da costa e às plataformas fixas e flutuantes que estejam operando em suas Plataformas Continentais ou dentro de suas Zonas Econômicas Exclusivas (IMO, 2002b, p. 157).

Desde então, os governos tomaram ciência da possibilidade dos ataques aos meios de exploração do petróleo e iniciaram seus estudos para aumentar a proteção de suas unidades. Alguns Estados, como a Austrália, Canadá, Estados Unidos, Holanda, México e Noruega optaram por trabalhar em conjunto, formando grupos de trabalho integrados por representantes das agências de segurança, empresas de petróleo, forças armadas e governo

com o intuito de minimizar os riscos ocasionados pelas ações terroristas. Alguns desses países já possuem seus sistemas e planos implantados (AVIS, 2006).

O fato de o Brasil ainda não possuir um sistema plenamente integrado de proteção dirigido às plataformas, semelhante aos já existentes ou em implantação em outros países, deve-se, ao meu juízo, à falta de percepção de que exista efetivamente uma ameaça terrorista que possa, eventualmente, efetuar um ataque contra as plataformas de exploração e exploração de petróleo e gás operando na nossa Zona Econômica Exclusiva. Tal falta de percepção parece estar arraigada nos escalões governamentais, na classe política e nas agências ligadas à segurança (OLIVEIRA, 2006, p.40).

A situação no Brasil é diferente, apesar de algumas medidas já terem sido tomadas pela maior interessada no assunto, a PETROBRAS<sup>10</sup>, no âmbito da defesa nacional, o sistema a ser utilizado será o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAZ) (OLIVEIRA, 2008).

A gênese do SisGAAZ deu-se em setembro de 2007, após a instituição do Comitê Ministerial de Formulação da Estratégia Nacional de Defesa. A partir daí a MB iniciou o desenvolvimento deste Sistema (JORGE, 2008).

Segundo Jorge (2008, p.4), sua implementação “[...] permitirá à MB melhor desempenhar suas atribuições ligadas à segurança e à proteção dos espaços marítimos sob jurisdição nacional e contribuirá para a inserção do Brasil nas tratativas mundiais a respeito do combate às novas ameaças”. O desenvolvimento do projeto será realizado de acordo com o conceito internacional de Segurança Marítima:

[...] o conjunto de ações relacionadas a proteção, a defesa, a economia e o meio ambiente do País, baseadas no conhecimento de tudo que ocorre nas águas jurisdicionais, com o propósito de eliminar ou reduzir os riscos ao patrimônio nacional, impedindo, assim a ocorrência de danos ou prejuízos que possam advir de seu uso indevido ou de catástrofes naturais (JORGE, 2008, p.16).

Ainda de acordo com Jorge:

[...] o projeto prevê a gestão das atividades ligadas ao mar, envolvendo, dentre outros conhecimentos e aplicações, a vigilância, o monitoramento, a prevenção da poluição, a soberania e os recursos naturais visando ao incremento do conhecimento sobre o ambiente marítimo e, caso necessário, o posicionamento dos meios operativos disponíveis, para responder prontamente às crises ou emergências que ocorram no mar (JORGE, 2008, p. 17).

Uma característica do SisGAAZ que pode valorizar o papel da MB perante a sociedade brasileira e o Governo Federal é que o mesmo possui capacidade de criação de soluções tanto para o emprego civil quanto para o militar (JORGE, 2008).

<sup>10</sup> A Petrobras - Petróleo Brasileiro S/A é uma empresa estatal brasileira de economia mista. Fundada em 3 de outubro de 1953 e sediada no Rio de Janeiro, opera hoje em 27 países, no segmento de energia, prioritariamente nas áreas de exploração, produção, refino, comercialização e transporte de petróleo e seus derivados no Brasil e no exterior.

Para Jorge (2008), o SisGAAZ é um projeto de fácil compreensão, porém de grande complexidade e abrangência, pois estamos falando de um controle em toda a área de responsabilidade da MB, o que faz necessário a realização de ações integradas e coordenadas por esta Força, na qualidade de Autoridade Marítima, apoiada por outros órgãos do governo (JORGE, 2008).

Pela complexidade do SisGAAZ, que prevê o emprego de meios navais e aeronavais, o sistema deverá dispor de uma eficiente estrutura de comando, controle e inteligência, com capacidade de alimentar os Comandantes envolvidos com as informações pertinentes para a tomada de decisão durante situações de conflito em que se fará necessário repelir qualquer tipo de ameaça (JORGE, 2008).

O SisGAAZ será suprido por informações provenientes de outros sistemas, subsistemas e programas, destacando-se o Sistema de Informações sobre o Tráfego Marítimo (SISTRAM), o Sistema de Identificação Automática (AIS), o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite (PREPS) e o Sistema Integrado de Radiogoniometria (SIR) (OLIVEIRA, 2008).

O SISTRAM foi uma das ferramentas desenvolvidas para acompanhamento do tráfego mercante na área de responsabilidade SAR (*Search and Rescue Area*) do Brasil, encontrando-se em utilização. Suas informações serão utilizadas pelos Comandantes de Guerra ou na Cena de Ação, facilitando o Comando e Controle (OLIVEIRA, 2008).

Em virtude de resoluções da *International Maritime Organization* (IMO), além do SISTRAM, outros sistemas ativos estão sendo incorporados, visando automatizar e aumentar a presteza das informações fornecidas. Dentre estes podemos destacar o AIS, o PREPS e o Sistema de Identificação e Acompanhamento de Navios a Longa Distância (LRIT) (OLIVEIRA, 2008).

O AIS é um sistema baseado em transmissão rádio, na faixa de VHF, com cerca de 30 milhas de alcance. Sua adoção foi motivada pela necessidade da troca automática de informações entre passadiços, para incrementar a segurança da navegação. O AIS permite a identificação e o monitoramento de navios sem necessitar de comunicação por voz, via rádio, ou detecção radar, pois recebe os dados estáticos de bordo (incluindo o nome, indicativo de chamada, tipo de navio e comprimento), os dados dinâmicos (incluindo a posição, rumo no fundo, velocidade no fundo e situação da navegação) e seus dados de viagem (incluindo o tipo de carga, destino, derrota e hora estimada de chegada). (OLIVEIRA, 2008, p. 42).

Para o controle do tráfego de embarcações destinadas à atividade pesqueira será utilizado o sistema PREPS que permitirá o acompanhamento das atividades de toda a frota pesqueira autorizada a utilizar as Águas Jurisdicionais Brasileiras pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR). O controle é realizado através

acompanhamento da posição satélite da embarcação que será transmitida por equipamento especial instalado na mesma para a Central de Rastreamento do Comando do Controle Naval do Tráfego Marítimo (COMCONTRAM) (OLIVEIRA, 2008).

Outra ferramenta que permite o acompanhamento de emissões ao longo da costa brasileira é o SIR que recebe informações das quatro Estações Radiogoniométricas de Alta Frequência da Marinha (ERGAF), estabelecidas em Belém, Natal, Campos Novos e Rio Grande. O Sistema permite a localização de embarcações que estejam emitindo em radiofrequências de HF na área de cobertura do Sistema de Comunicações da Marinha (SISCOM) (OLIVEIRA, 2008).

Além dos subsistemas supracitados ainda está prevista a utilização do LRIT e o Sistema de Proteção às Instalações de Prospecção e Extração de Petróleo (SPIPEP) (OLIVEIRA, 2008).

O sistema LRIT propõe-se a identificar e acompanhar todos os navios no mar, de modo a permitir uma reação tempestiva a qualquer ato ilícito contra o território de um dos Estados Contratantes. É digno de nota que um Serviço de Inteligência será essencial para que se possa alcançar este propósito (OLIVEIRA, 2008, p.43).

Também está prevista a instalação de radares de vigilância baseados em terra, sistemas de Controle de Tráfego de Navios e a utilização de satélites para acompanhamento (OLIVEIRA, 2008).

O SPIPEP é o subsistema de maior importância, estando em fase parcial de implementação e contínuo desenvolvimento pela Marinha do Brasil, com a possibilidade de utilização de recursos oriundos do Ministério de Ciência e Tecnologia.

Nesse sentido, a proposta constitui-se no desenvolvimento e implantação de um sistema que permita a integração e a compilação de informações de diversos sensores ambientais e de vigilância, como, por exemplo, o emprego de radares, sensores acústicos passivos, equipamentos de Medidas de Apoio à Guerra Eletrônica (MAGE) e enlaces de dados. O sistema prevê, para sua operacionalização, o estabelecimento de Centros de Controle nas principais bacias petrolíferas, sendo integrados ao Sistema Naval de Comando e Controle – SisNC2 (JORGE, 2007, p.21).

Além de todos esses subsistemas, o SisGAAZ também compilará os dados provenientes das interrogações dos contatos de superfície realizados pelos seus meios navais e aeronavais. Qualquer meio da MB que se encontre no mar, realiza a identificação dos *raides* de superfície, repassando-o para o COMCONTRAM. Na opinião de Jorge (2008, p. 22), para aumentar a eficácia da segurança marítima é necessário que a MB possua aeronaves de patrulha baseadas em terra. A Força Aérea Brasileira também presta apoio realizando missões de Patrulha Marítima com aeronaves P-95 (Bandeirante). A partir do ano que vem deverá

entrar em operação as recém-adquiridas aeronaves (P-3C), bastante adequadas para esse emprego.

Como foi visto, o SisGAAZ é composto por variados subsistemas que vem sendo implementados separadamente. O maior obstáculo está na interligação e integração de todos esses subsistemas, tornando-se de fundamental importância o desenvolvimento de equipamentos de enlace de comunicação que permitam o intercâmbio de informações entre todos os meios integrantes, sejam estações fixas ou móveis. A centralização das informações também será de vital importância para o processo de tomada de decisão, sendo realizado pelo SisNC2. Dessa forma, será permitida a resposta em menor intervalo de tempo contra qualquer ameaça, utilizando os meios necessários para a oposição a qualquer alvo não identificado e em atitude suspeita que se aproxime das áreas de produção de petróleo.

## 6 CONCLUSÃO

A inexistência de ações terroristas em território brasileiro pode nos dar uma falsa sensação de segurança e de que não seria necessário aumentar o nível de preocupação daqueles que organizam a defesa do país para essa ameaça. Entretanto a suspeita da possível presença de células terroristas no continente mostra que a mesma não deve ser esquecida. As organizações voltadas para esse fim possuem ideologias próprias e não medem esforços para fazer valer sua vontade.

Analisando-se a atual situação do Estado brasileiro, considerando-se sua história, geografia e aspectos socioeconômicos, evidencia-se que é cada vez maior a dependência e importância do mar para o país, devendo dessa forma possuir capacidade para assegurar a manutenção e exploração das riquezas oriundas do ambiente marinho. Somando-se aos recursos energéticos oriundos do subsolo marinho existem a pesca, o comércio marítimo internacional além é claro da manutenção da soberania nacional. Dessa forma, o Brasil não pode se furtar da capacidade de defesa de seus interesses no mar, devendo dispor de sistemas e meios que possuam capacidade de reagir às ameaças que surjam.

Os EUA, anteendo o incremento da importância geopolítica e econômica do Brasil, além da possibilidade de liderança política na América do Sul, começam a se movimentar, visando assegurar a preservação de seus “interesses”. A presença da “quarta frota” pode atrair a atenção de grupos terroristas que lutam contra as potências ocidentais e seus regimes colaboracionistas. Nossa Marinha deve estar preparada para enfrentar o desafio de manter o controle de suas águas jurisdicionais, pois nelas estarão posicionadas plataformas de petróleo que poderão elevar o país a uma posição de destaque no cenário internacional, devendo possuir capacidade de proteger as riquezas nacionais no mar.

Pelo histórico dos ataques terroristas no mar, em que foi obtido sucesso até contra um navio de guerra, constata-se a grande dificuldade de detecção devido à grandiosidade da área a ser defendida e pela diversidade de meios que poderão ser empregados. No Brasil, a segurança das áreas das plataformas é extremamente precária, sendo realizada periodicamente pela MB durante as comissões denominadas Inspeção Naval. Apesar das dificuldades anteriormente relatadas para a execução desse tipo de ataque, a ausência de qualquer meio de defesa pode favorecer uma ação e motivar os terroristas a desferirem seus golpes.

O SisGAAZ que é composto por variados subsistemas que vem sendo implementados separadamente será a ferramenta utilizada para o controle do tráfego aquaviário nas áreas de responsabilidade do Brasil. O seu maior obstáculo está na interligação

e integração de todos esses subsistemas, tornando-se de fundamental importância o desenvolvimento de equipamentos de enlace de comunicação que permitam o intercâmbio de informações entre todos os meios integrantes, sejam estações fixas ou móveis. A centralização das informações também será de vital importância para o processo de tomada de decisão, sendo realizado pelo SisNC2. Dessa forma, será permitida a resposta em menor intervalo de tempo contra qualquer ameaça, utilizando os meios necessários para a oposição a qualquer alvo não identificado e em atitude suspeita que se aproxime das áreas de produção de petróleo.

A possibilidade de ataques terroristas a alvos posicionados no mar não deve ser descartada, devendo a MB estar pronta para reagir. Respondendo ao questionamento deste trabalho, o SisGAAZ, quando totalmente integrado, possibilitará o controle do tráfego aquaviário e a tomada de decisão para permitir a reação, utilizando os meios de defesa mais adequados, contra a ameaça à segurança das plataformas.

## REFERÊNCIAS

AVIS, Peter. *Oil Platform Security: Is Canada Doing All it Should?* Ottawa: Canadian Centre of Intelligence and Security Studies, Carleton University, 2006. 13 f. Ensaio. Disponível em: <[http://www.carleton.ca/npsia/research\\_centres/cciss\\_docs/avis.pdf](http://www.carleton.ca/npsia/research_centres/cciss_docs/avis.pdf)>. Acesso em: 05 ago. 2009.

BRUZZI, Felipe Buckentin. *Oceano Atlântico Sul e Cenários Futuros: o dimensionamento da MB*. 2008. 1 v. Monografia (Doutorado) - Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2008.

FLORES, Mario César. *Reflexões estratégicas: repensando a Defesa Nacional*. Rio de Janeiro: Gráfica Alaúde, 2002.

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina. *Manual para Normatização de Publicações Técnico-Científicas*. 8. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

GASPARI, Elio. *A volta da 4.<sup>a</sup> frota é um ato arrogante*. Disponível em: <<http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/colunistas/conteudo.phtml?tl=1&id=783917&tit=A-volta-da-4-Frota-e-um-ato-arrogante>>. Acesso em: 05 ago. 2009.

GOUVÊA, Carlos Alberto Moreira. *A cooperação dos Estados da América do Sul contra o terrorismo: resoluções e acordos internacionais*. 2007. 57 f. Monografia (Curso de Política e Estratégia Marítimas) - Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.egn.mb/biblioteca/monografia07/CPEM/FA-Terrorismo.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2009.

JORGE, Júlio Saboya de Araújo. *Segurança Marítima e Autoridade Marítima: Demandas da Sociedade e Atribuições da MB*. Rio de Janeiro, 2008. Aula inaugural proferida na Escola de Guerra Naval para os alunos do CPEM e CEMOS em 29 fev. 2008.

MAGNOLI, Demétrio. *Terror Global*. São Paulo: Publifolha, 2008.

MARITIME. *Terrorism Risk Extends to Cruise Ships, Ferry Boats, Study Says*. Insurance Journal, [S.l.], 16 out. 2006. Disponível em: <<http://www.insurancejournal.com/news/national/2006/10/16/73332.htm>>. Acesso em: 05 ago. 2009.

PEREIRA, João Eduardo de Alves Pereira. Rio de Janeiro, 2009. *Distribuição do Poder, Determinantes Jurídicos e Perspectivas Brasileiras*. Palestra proferida durante Seminário Internacional de Geopolítica do Petróleo na Escola de Guerra Naval em 21 jul. 2009.

SILVA, Antonio Ruy de Almeida. *As novas ameaças e a Marinha do Brasil*. Revista da Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro, n.7, p. 32-42, jun. 2006. Disponível em: <<http://www.egn.mar.mil.br/revistaEgn/junho2006/05-novasAmeacas.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2009.

TILL, GEOFFREY. *Poder marítimo: Questões relevantes e desafios*. Revista da Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, n.7, p.8/31, jun.2006.

ZENTGRAF, Maria Christina. *Metodologia Científica*. Rio de Janeiro: COPPEAD/UFRJ, 2008. Módulo de Ensino.